

Convocação de Funaro é rejeitada

PMDB e PFL, com apoio do PTB, derrotam requerimento das oposições

O PMDB e o PFL, com o apoio do PTB, impediram ontem que o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, fosse convocado para debater a crise econômica na Assembleia Nacional Constituinte. A convocação do ministro, requerida pelo PDT com o apoio de mais oito pequenos partidos, tinha por objetivo reafirmar a soberania da Constituinte, mas os partidos que apóiam o Governo disseram não. Mesmo os chamados "xiltas" do PMDB, que defendem a soberania, como o deputado Maurílio Ferreira Lima, votaram contra. Dos 370 constituintes que votaram, 247 disseram não e 121 sim, além de duas abstenções.

O vice-líder do PMDB, deputado João Herrmann, que na sessão de quarta-feira se posicionou veementemente contra a convocação do ministro, alegando que ela significava uma intromissão do Governo na Constituinte, disse ontem que não é dessa forma que se reafirma a soberania. Ele afirmou também que tentou negociar com os pequenos partidos para que não se colocasse em votação o requerimento. Em troca, a declaração de que a Constituinte é soberana seria incluída no regimento definitivo, que será votado na próxima semana.

Para o deputado José Genoino (PT-SP), a proposta era absurda. Segundo ele, o fato de o requerimento ter sido colocado em votação, inclusive com chamada nominal dos 559 constituintes, foi uma vitória dos que defendem a soberania, pois provou que o plenário da Constituinte é soberano para decidir, por exemplo, sobre a convocação de ministros.

O que se votou na tumultuada sessão de ontem não foi o requerimento apresentado pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, convocando o ministro Dilsen Funaro para o próximo dia 25. Foi o recurso apresentado pelo deputado José Maria Eymael, do PDC, contra a decisão do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, que recusou o recebimento do requerimento pela Mesa da Constituinte.

O requerimento foi apresentado na sessão de quarta-feira e provocou discussões calorosas. Encerrando a sessão às 18 horas, Ulysses Guimarães transferiu a decisão para ontem. No início da sessão, às 14 horas, ele anunciou que somente se pronunciará sobre o assunto às 16 horas. No plenário, o clima era de agitação. As

16h30min, quando deputados reclamavam o atraso do presidente, ele assumiu a direção dos trabalhos.

O presidente Ulysses Guimarães citou regimentos para concluir que não podia receber o requerimento porque nas normas preliminares, que regem os trabalhos da Constituinte, não está prevista a convocação de ministros de Estado. A decisão provocou um início de tumulto, mas logo depois, quando aceitou o recurso para que sua decisão fosse submetida ao plenário, Ulysses foi aplaudido.

ACORDO FRUSTRADO

No intervalo de suspensão da sessão por 15 minutos, antes da votação, um novo acordo foi tentado. O líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, propôs aos autores do requerimento algumas mudanças na forma de convocação. A data seria dia 26, e na convocação não seria estipulado, por exemplo, que o ministro falaria durante uma hora e seria interpellado durante duas horas pelos constituintes. Ele apenas seria convocado. Dessa forma, o PMDB votaria a favor do requerimento. Segundo o deputado José Genoino, o acordo já estava selado quando entrou no gabinete o líder do PFL, José Lourenço, e disse que era contra. O líder do PMDB declarou então que não havia mais acordo.

Antes da votação, o vice-líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, falou contra argumentando que a convocação de ministros não está prevista nas normas preliminares. "Esta não é a forma e viola a convivência democrática", afirmou, referindo-se à questão da soberania.

O deputado Amaral Neto, líder do PDS, criticou o PMDB e disse que o ministro Funaro não queria ir à Constituinte porque "o Plano Cruzado que teria que dar certo, acabou dando errado". O deputado Lysianeas Maciel, do PDT, também criticou o PMDB por argumentar que também defende a soberania, mas não aceitava que fosse discutida daquela forma. "Não há meia soberania. E como dignidade. E inteira ou não é", afirmou.

Concluída a votação, quando o presidente Ulysses Guimarães anunciou o resultado do deputado José Genoino contestou. Ele argumentou que o recurso não havia sido rejeitado por maioria absoluta, quando seriam necessários 280 votos. O presidente Ulysses Guimarães não acatou e encerrou a sessão.

LUIZ MARQUES



Um verdadeiro formigueiro: o plenário cheio rejeitou a convocação de Funaro para debater a economia

Regimento vai a plenário hoje

A nova Constituição deverá ser promulgada até o dia 15 de novembro, de acordo com o substitutivo ao projeto de Regimento Interno da Constituinte a ser apresentado hoje ao plenário pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). O relator abandonou a sua idéia de fixar em 7 de setembro a data da promulgação, por considerar este prazo "muito apertado", e calcula que em meados de outubro os trabalhos da Assembleia estarão concluídos. O substitutivo começa a ser examinado amanhã, e o senador acredita que poderá ser votado ainda neste fim de semana.

Fernando Henrique disse ontem acreditar que no próximo dia 10 a Mesa da Constituinte será eleita, e que até o dia 13 as comissões temáticas estarão formadas. Assim, no dia 16 — uma segunda-feira — as oito comissões começarão a discutir a futura Constituição, e teriam 60 dias para preparar suas emendas. Concluída essa etapa, o trabalho das comissões seria encaminhado à comissão de sistematização, para harmonização de todos os

textos, em 30 a 40 dias. O plenário teria então, no mínimo, dois meses para discutir a votar a nova Constituição, e não haveria recesso em julho.

De acordo com o substitutivo: um presidente, 2 vice-presidentes, 3 secretários e três suplentes. A redução, segundo o senador, deveu-se à proibição de membro da Mesa participar das comissões temáticas. Com ela, diminuiu-se o número de constituintes impedidos de discutir e votar as matérias constitucionais no âmbito das 8 comissões e 24 subcomissões.

A Comissão de Sistematização será formada pelos presidentes e relatores das

Const 87

comissões e pelos relatores das subcomissões — todos os quarenta serão eleitos — e por mais um grupo de constituintes — provavelmente 49 — indicados pelos partidos, para a garantia da proporcionalidade. Esta Comissão tentará harmonizar as propostas, na hipótese de divergências entre trabalhos de suas ou mais comissões, através de uma negociação. Se não for obtido um acordo, ela optará por uma solução e apresentará ao plenário sua decisão e a outra versão. Um exemplo de divergência foi dado pelo senador: a Comissão da Ordem Econômica adota uma posição liberal, e a da Ordem Social uma postura favorável à estatização.

Pela proposta do senador, cada constituinte será membro de uma só comissão temática, e suplente de outra. Terá, entretanto, voz em todas elas, e poderá apresentar quantas emendas quiser. A votação em plenário será secreta para

a escolha dos membros da Mesa, e para casos "emergenciais", como um processo contra um constituinte. Nas matérias constitucionais ou correlatas, não haverá sessão ou votação secreta.

Fernando Henrique sugere ainda que até que esteja pronto o projeto constitucional, as sessões sejam divididas da seguinte forma: uma hora para o pinga-fogo (espaço destinado a rápidos pronunciamentos), com 5 minutos para cada orador, sem apartes, uma hora para o grande expediente, com cada orador podendo falar em até 20 minutos, e admitido o aparte, e uma hora para as lideranças. Em seguida viria a Ordem do Dia, com as comunicações de liderança.

Cardoso propõe a formação das seguintes comissões: dos direitos e garantias do homem e da mulher; da Organização Federal; da Organização Política; do Sistema Tributário; da Ordem Econômica; da Ordem Social; de Educação, Cultura, Saúde, Esporte, Comunicações, Ciência e tecnologia e a Comissão de Sistematização.

DF vota contra partidos

A votação do recurso contra a decisão do presidente Ulysses Guimarães de não acatar o requerimento convocando o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, revelou o perfil dos parlamentares de Brasília.

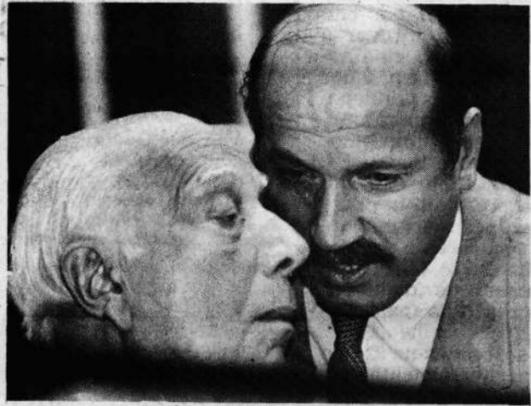
Dos 11 constituintes brasileiros, seis votaram "sim" — aprovando a convocação de Funaro — e cinco votaram "não", ratificando a decisão de Ulysses Guimarães.

Os três deputados do PFL — Maria de Lourdes Abadia, Valmir Campelo e

Jofran Frejat — ao votarem "sim", deixaram clara sua oposição à direção partidária já que a banca votou quase que unanimemente "não".

No PMDB, o único dissidente da orientação partidária foi o deputado Sigmaringa Seixas, que votou pela convocação de Funaro. Os outros, inclusive Geraldo Campos, votaram "não". Augusto Carvalho (PCB) e Maurício Corrêa (PDT) votaram pela convocação do ministro da Fazenda.

LUIZ MARQUES



Ulysses e Luiz Henrique: conchavos para não perder

"Xiltas" cantam vitória

"Não foi uma derrota, a simples votação da matéria já foi uma vitória". Com esta declaração otimista, o vice-líder petista José Genoino anunciou para hoje o desdobramento da ofensiva das esquerdas no sentido de garantir a soberania da Constituinte.

Como a convocação do ministro Dilsen Funaro não deu certo, os chamados "xiltas" já definiram uma estratégia a ser desencadeada na sessão de hoje: irão requerer a votação dos requerimentos do PT, PC do B e PDT, que já se encontram na mesa da Assembleia, propondo a revogação do "entulho autoritário" do atual texto constitucional.

Se conseguirem aprovar os requerimentos, como espera Genoino, as esquerdas terão conquistado, na prática, a soberania da Constituinte, que poderá alterar itens importantes da Constituição atual, incluindo a

própria duração do mandato do presidente Sarney.

De qualquer forma, este não é um dos temas incluídos nas petições que se encontram com o deputado Ulysses Guimarães. O PT é o partido que reivindica maiores poderes para a Constituinte em seu requerimento, ao relacionar 10 itens constitucionais que pretende alterar de imediato, entre os quais as medidas de emergência, a Lei de Segurança Nacional e a suspensão dos trabalhos da Câmara e do Senado. O PC do B quer revogar o decreto-lei e o PDT quer extinguir as salvaguardas institucionais.

Correndo por fora, está a proposta do deputado Maurílio Ferreira Lima, do PMDB de Pernambuco. Ele pede que o presidente da Constituinte declare expressamente se o órgão tem ou não poderes para alterar a atual Carta Magna.